

## REQUERIMENTO N°, DE 2025

(Do Senhor Filipe Barros)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, para apresentar as prioridades da pasta para o ano em curso.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para que apresente aos membros da CREDN os panoramas atual e futuro da Política Externa Brasileira, bem como as prioridades da Pasta para 2025.

## JUSTIFICAÇÃO

No último dia 24 de fevereiro, a guerra no Leste Europeu entre Rússia e Ucrânia, completou três anos e foi preciso que os EUA tivessem um novo presidente, para que a paz voltasse a ser negociada. Nestes três, a diplomacia brasileira fez grande alarde em torno de propostas de paz, mas a postura oficial do país foi amplamente criticada por sua ambiguidade e incapacidade de situar o país entre os interlocutores confiáveis tanto para a Rússia como para a Ucrânia, e o restante da comunidade internacional.

Da mesma forma, o Brasil viu-se alijado de qualquer possível entendimento por uma paz duradoura no Oriente Médio e não teve qualquer papel no cessar-fogo firmado







por Israel e Hamas. A postura brasileira deixou a desejar depois que o atual governo hesitou em condenar de forma contundente os ataques do Hama, contra a população civil de Israel, em 7 de outubro de 2023. Após declarações do presidente da República, comparando a resposta militar israelense ao Holocausto, as relações entre os dois países caíram ao seu nível mais baixo na história.

O Embaixador do Brasil em Tel Aviv foi removido e, até os dias de hoje, não temos qualquer interlocução com o governo de Israel. Simultaneamente, apesar das denúncias comprovadas de que funcionários da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), participaram dos ataques, ajudaram no sequestro de civis e mantiveram cativos em dependências da agência, o governo brasileiro nada fez. Pelo contrário, em audiência pública realizada por esta Comissão, em 2024, o ministro das Relações Exteriores, questionado a respeito, afirmou que gostaria de aumentar os valores doados pelo Brasil à UNRWA.

Esses dois conflitos, além de ilustrarem bem o mundo conturbado em que vivemos, revela, também, a forma como a nossa Política Externa tem sido conduzida, com peso significativo aos aspectos ideológicos em detrimento dos fatos e do papel que o Brasil deveria jogar neste xadrez geopolítico. Dono de uma diplomacia internacionalmente reconhecida, o Brasil reúne todas as condições para influenciar as principais decisões, mas são questionáveis as escolhas que o atual governo tem feito.

Some-se a este cenário, o fato de o Brasil presidir, este ano, a Cúpula do BRICS, em julho, no Rio de Janeiro e, em novembro, a COP-30, em Belém. É fundamental que os integrantes desta Comissão, conheçam as razões por trás das decisões, além das pretensões do país nestes e nos demais fóruns internacionais.

Por exemplo, que papel o Brasil tem desempenhado em relação à necessária e urgente reforma do sistema multilateral representado pela Organização das Nações







Unidas (ONU), um sistema anacrônico que cobra urgente atualização e modernização, além de uma profunda auditoria dos seus orçamentos e gastos.

Além disso, temos o nosso entorno geográfico que nos exige atenção permanente. O MERCOSUL já passou dos 30 anos sem mostrar, a que realmente veio. Este ano, o bloco será presidido por Argentina e Brasil, os dois motores econômico e político da região e que divergem quanto à importância e relevância do MERCOSUL. Tivemos, ainda, a retomada de plataformas ideológicas como a UNASUL e a CELAC, e precisamos saber para que servem e a que se propõem.

Por fim, destaco que o diálogo com o chefe da nossa diplomacia constitui importante tradição adotada pela CREDN, porquanto aporta relevantes subsídios à atuação deste Colegiado e dos seus membros. Por esta razão, apresento este requerimento e conto com o valoroso apoio de todos para o aprovarmos.

Sala da Comissão, em de março de 2025.

Deputado **Filipe Barros**Presidente da CREDN na Câmara dos Deputados

PL/PR



